

**Universidade Federal de Santa Catarina
Curso de Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental**

**PROBLEMAS E EXPECTATIVAS DO MORADOR DO PARQUE
MUNICIPAL DA LAGOA DO PERI: SUBSÍDIOS A UMA AÇÃO DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO SUPORTE À GESTÃO
PARTICIPATIVA**

Juliano Roberto Cunha

**FLORIANÓPOLIS, (SC)
FEVEREIRO/2008**

**Universidade Federal de Santa Catarina
Curso de Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental**

**PROBLEMAS E EXPECTATIVAS DO MORADOR DO PARQUE
MUNICIPAL DA LAGOA DO PERI: SUBSÍDIOS A UMA AÇÃO DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO SUPORTE À GESTÃO
PARTICIPATIVA**

Juliano Roberto Cunha

**Trabalho apresentado à Universidade Federal de
Santa Catarina para Conclusão do Curso de
Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental**

**Orientador
Prof. Dr. Cesar Augusto Pompêo**

**FLORIANÓPOLIS, (SC)
FEVEREIRO/2008**

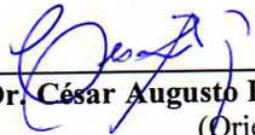
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL**

**PROBLEMAS E EXPECTATIVAS DO MORADOR DO PARQUE MUNICIPAL DA
LAGOA DO PERI: SUBSÍDIOS A UMA AÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO
SUPORTE À GESTÃO PARTICIPATIVA**

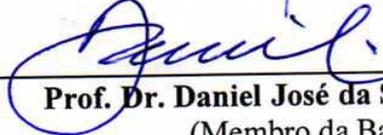
JULIANO ROBERTO CUNHA

**Trabalho submetido à Banca Examinadora como parte de requisitos para
Conclusão do Curso de Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental –
TCCII**

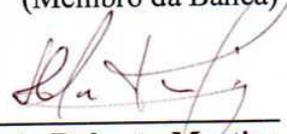
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. César Augusto Pompêo
(Orientador)



Prof. Dr. Daniel José da Silva
(Membro da Banca)



Prof. Dr. Sérgio Roberto Martins
(Membro da Banca)

**FLORIANÓPOLIS, (SC)
FEVEREIRO/2008**

RESUMO

O Parque Municipal da Lagoa do Peri é uma unidade de conservação criada em 1981 com o objetivo principal de proteger a bacia de contribuição hídrica da Lagoa do Peri, tornando-se um patrimônio importante para a população de Florianópolis, já que é dela que ocorre a captação de água de abastecimento para leste e sul da Ilha de Santa Catarina. Com isso, as pessoas que residem próximo ou dentro dos limites do Parque possuem compromissos ambientais, sociais e legais para com a Unidade de Conservação. O presente estudo tem por objetivo conhecer os problemas e expectativas do morador do PMLP, visando obter subsídios a uma ação de educação ambiental, como suporte à integração da comunidade com o Poder Público na gestão desta unidade de conservação. A pesquisa é estruturada por intermédio de método qualitativo de pesquisa, sendo a informação obtida por entrevistas semi-estruturadas. A partir das informações obtidas conclui-se que a ausência de uma educação ambiental efetiva e a falta de participação na gestão do Parque Municipal da Lagoa do Peri fizeram, e ainda fazem, parte de um cotidiano de disputa entre seus moradores e o órgão gestor (Prefeitura de Florianópolis). Desta forma, a implantação de um programa educacional se faz necessária para informar e despertar o interesse participativo dos moradores na gestão ambiental desta importante Unidade de Conservação.

PALAVRAS-CHAVE: Unidades de Conservação, Educação Ambiental, Gestão Participativa.

ABSTRACT

The Lagoa do Peri Municipal Park – PLMP was created in 1981 with the main objective of promoting the protection the Lagoa do Peri watershed, and so has become an important patrimony for Florianópolis population, since it represents the source of water supplying for east and south regions of the Island of Santa Catarina. In this context, the inhabitants of the Park have environmental, social and legal commitments with the Conservation Unit. The present work intends to knowing problems and expectations of the inhabitants of the PLMP as a way of subsiding to an action of environmental education as a means of integrate the community to the Public Administration in the management of this conservation unit. The research was oriented by qualitative methods, thus an interview was the main data collection instrument. It can be concluded that the absence of an effective environmental education and the lack of participation in the management of the Lagoa do Peri Municipal Park establish a permanent disagreement between local inhabitants and the Public Administration. This corroborates the importance of an environmental educational program, as a means to inform and to awake the participatory interest of the inhabitants to the management of this important nature reserve.

KEY-WORDS: Conservation Units, Environmental Education, Participatory Management.

Índice de Figuras

Figura 1: Localização em Florianópolis do Parque Municipal da Lagoa do Peri	9
Figura 2: Limite físico do Parque Municipal da Lagoa do Peri	10
Figura 3: Localização das áreas formadoras do Parque Municipal da Lagoa do Peri	11

Índice de Quadros

Quadro 1: Unidades de Conservação de proteção integral e suas características	14
Quadro 2: Unidades de Conservação de uso sustentável e suas características	15
Quadro 3: Relação de Áreas de Proteção Permanente no Município de Florianópolis	19
Quadro 4: Etapas de Pesquisa	30

Índice de Tabelas

Tabela 1: Número total de Unidades de Conservação Federais	16
Tabela 2: Unidades de Conservação em Santa Catarina	18
Tabela 3: Unidades de Conservação em Florianópolis	20

Índice Geral

1	Introdução	8
2	Revisão bibliográfica	13
2.1	Unidades de Conservação	13
2.1.1	Unidades de Conservação Federais, Estaduais, Municipais e Particulares	15
2.2	Educação Ambiental	22
2.3	Gestão Participativa	25
2.4	Gestão Participativa em Unidades de Conservação	26
3	Metodologia	28
3.1	Levantamento de dados	30
4	Resultados e Discussão	33
4.1	Missão	33
4.2	Visão	35
4.3	Pontos fortes e pontos fracos (ambiente interno)	37
4.4	Ameaças e oportunidades (ambiente externo)	38
4.5	Problemas e suas causas (ambiente interno)	42
4.6	Soluções, metas e responsabilidades	44
4.7	Discussão Geral	45
5	Conclusão	48
6	Referências Bibliográficas	50
7	Apêndice	52
7.1	Relação dos Moradores Entrevistados	52
7.2	Termo de consentimento livre esclarecido	53

1 Introdução

A crescente devastação das florestas, a poluição hídrica e a conseqüente perda da biodiversidade é um processo que vem se agravando globalmente há várias décadas. Isto se deve ao modo de vida baseada em crescente consumo, resultando em degradação ambiental de difícil recuperação, como é o caso do efeito estufa, produzindo manifestações atmosféricas de grande intensidade.

A partir do século XIX pode-se dizer que a natureza passou a ter participação no interesse dos cientistas e pessoas mais cultas da época.

“...Mas até 150 anos atrás os intérpretes do Velho Testamento não admitiam essa liberalidade. O mundo tinha seis mil e poucos anos de idade, e nada havia a discutir. Foi então que um pequeno grupo de cientistas contestou esse prazo. Foi a ciência natural - e não a social - do século XIX, a “história natural”, que estudava conjuntamente a geologia e a vida animal e vegetal, a primeira atividade social moderna a literalmente exigir outras unidades de medida de tempo e, principalmente, muito mais tempo.”
(DRUMMOND, 1991)

Atualmente no mundo ocorre uma onda, que tem em sua crista a bandeira da preservação do meio ambiente. Isto se deve as projeções catastróficas feitas por cientistas, onde o clima mundial irá sofrer grandes transformações, que produzirão fenômenos naturais cada vez mais devastadores, como enchentes, secas, ventos, frio, calor, etc.

Um meio encontrado de preservar o meio ambiente surgiu com a implantação de Unidades de Conservação (UCs), áreas destinadas à preservação e regeneração da natureza, onde a fauna e a flora são conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção do estoque da biodiversidade. O Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1º de março de 1872 nos Estados Unidos, foi precursor deste tipo de iniciativa para preservação ambiental.

Com diferentes características, cada Unidade de Conservação possui relevante importância ambiental para sua região, com grandes ou pequenas restrições de uso. No Brasil, a história das UCs começou no período de 1935 a 1939 com a implantação dos Parques Nacionais do Itatiaia, da Serra dos Órgãos e do Iguaçu.

Em Florianópolis, na Ilha de Santa Catarina, existem atualmente sete Unidades de Conservação municipais, constituindo-se o Parque Municipal da Lagoa do Peri (PMLP) o maior representante destas áreas. Com 2030 hectares, está localizado na região sudeste da ilha, inserindo-se num dos últimos remanescentes de Floresta Atlântica. Abrigando a maior

lagoa de água doce da costa catarinense, com uma área de aproximadamente 5,2 Km² e profundidade máxima de 11 m, o PMLP faz fronteira com a comunidade do Morro das Pedras, ao norte, com o oceano Atlântico, a leste, com o Distrito da Armação do Pântano do Sul, a sul-sudeste e com a Freguesia do Ribeirão da Ilha, a oeste. O limite físico do PMLP se restringe à bacia hidrográfica de contribuição da Lagoa do Peri (figura 2).



Figura 1. Localização do Parque Municipal da Lagoa do Peri

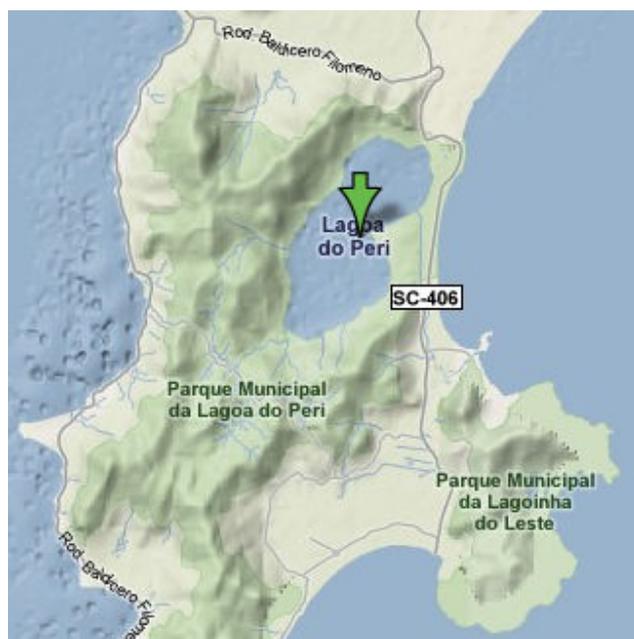


Figura 2 – Limite físico do Parque Municipal da Lagoa do Peri (imagem disponível em: <http://maps.google.com.br/>)

O PMLP foi criado no ano de 1981 (Lei Municipal nº 1828/81) e regulamentado em 1982 (Decreto 091/82), com o objetivo de:

- **proteger** o manancial hídrico da Bacia da Lagoa do Peri de modo a permitir uma utilização adequada de seu potencial, visando abastecer a população do Sul da Ilha de Santa Catarina;
- **preservar** o patrimônio representado pela fauna, flora e paisagem, de modo que possa ser utilizado como área de interesse ecológico e de pesquisa científica;
- **propiciar** o desenvolvimento social crescente da Comunidade Nativa;
- **aproveitar** as condições peculiares de sua paisagem natural e cultural para o adequado desenvolvimento de atividades educativas, de lazer e recreação.

De acordo com a legislação o PMLP divide-se em três áreas (figura3):

- **Área de Reserva Biológica** (porção do território do Parque que detém, em seu estado natural ou em processo de regeneração, a cobertura vegetal denominada Mata Pluvial Atlântica);
- **Área de Paisagem Cultural** (porção do território do Parque onde se localizam os assentamentos e atividades humanas tradicionais);

- **Área de Lazer** (Lagoa propriamente dita e as formações de sedimentos arenosos e recentes, que a separem do mar).

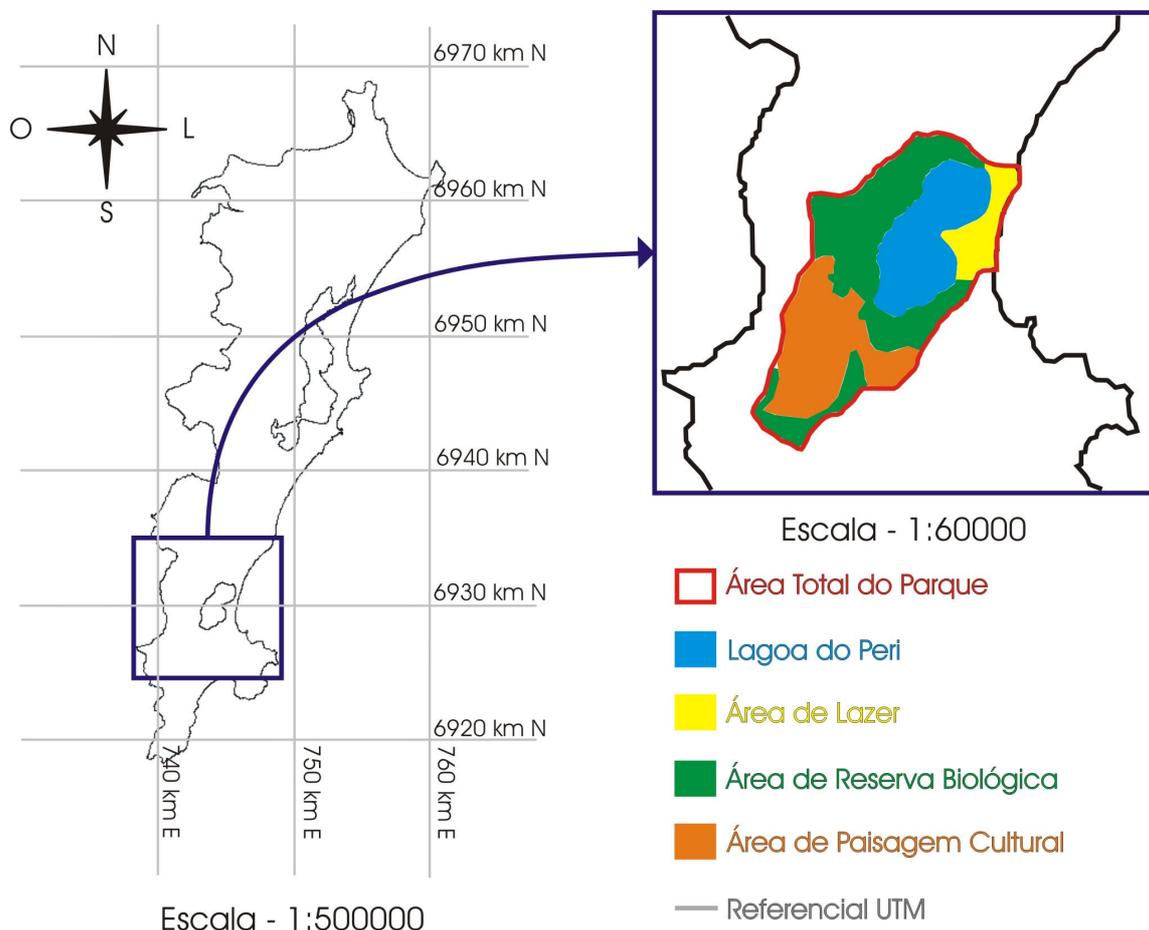


Figura 3 – Localização das áreas formadoras do Parque Municipal da Lagoa do Peri.(Figura feita a partir de informações obtidas do Depto de Eng. Civil – UFSC e da FLORAM)

Os moradores do PMLP se dividem entre aqueles do Sertão do Peri e os das margens e ao entorno da Rodovia SC 406. Os habitantes do Sertão do Peri (na divisa entre os Distritos do Pântano do Sul e do Ribeirão da Ilha) vivem extremamente isolados, desenvolvendo atividades rurais em nível de subsistência. Esse fato ocorre devido ao difícil acesso à localidade e a instalação tardia de energia elétrica, contribuindo para manter as características tradicionais da comunidade nativa. Nesta comunidade ainda ocorre à produção artesanal de farinha de mandioca (através de engenhos) e de água ardente proveniente de cana-de-açúcar (através de alambiques). Lá existem ainda traços da colonização como: olaria, caminho antigo pavimentado por escravos e casas com arquitetura simples com influência da colonização portuguesa.

Quanto às pessoas que moram às margens e ao entorno da Rodovia SC 406, sua dinâmica está mais relacionada com as transformações que ocorrem na sociedade, transformações estas que são capazes de ser o estopim de conflitos, podendo estes ser de ordem econômica, cultural e/ou ambiental. Estes conflitos são gerados muitas vezes pelo desconhecimento das questões ambientais, impostas pela criação do PMLP, podendo atingir as pessoas de diferentes níveis sociais, colocando-as em situações de atritos sociais e legais. Estes atritos são gerados principalmente pelas ameaças à manutenção da qualidade da água, pela expansão e construção de novas moradias, pelos interesses imobiliários, pelos sistemas de tratamento de esgotos inadequados, pelo turismo de massa e pelo desmatamento e pesca clandestinos, sendo a maior parte fruto do desconhecimento dos moradores.

A fonte dos problemas está na falta de planejamento administrativo do PMLP, somada a ausência da participação de seus habitantes em sua gestão, já que estes se sentem abandonados pela administração pública que está submetido o parque. Para superação destes, a educação ambiental é um instrumento capaz de oferecer a motivação necessária aos moradores desta Unidade de Conservação, a fim de que se inicie um processo participativo em sua gestão.

Para que um processo participativo ocorra, deve-se primeiro conhecer a realidade local dos moradores do parque, com objetivo de dar início a uma administração planejada, tendo a educação ambiental como forma de implantar o conhecimento e a consciência ambiental nas pessoas que utilizam a área do PMLP, sendo eles moradores ou visitantes. Conhecendo os problemas e anseios da população, é possível encontrar subsídios que dão apoio a uma ação de Educação Ambiental.

O objetivo principal do trabalho é conhecer os problemas e expectativas do morador do PMLP de maneira que se possam obter subsídios para uma ação de educação ambiental como suporte à integração da Comunidade com o Poder Público na gestão desta unidade de conservação.

Os objetivos específicos são:

- Conhecer os problemas e expectativas dos moradores do PMLP com relação a esta unidade de conservação;
- Apresentar os subsídios para uma ação de educação ambiental.

2 Revisão bibliográfica

Esta parte do trabalho tem por objetivo apresentar a revisão bibliográfica que será usada no desenvolvimento do processo de pesquisa, expondo o ponto de vista de alguns autores a respeito dos assuntos aqui abordados. Para tanto serão abordadas questões relativas a Unidades de Conservação, Educação Ambiental e Gestão Participativa.

2.1 Unidades de Conservação

As Unidades de Conservação estão presentes no mundo desde a antiguidade, quando povos reconheciam as qualidades ligadas as terras de interesse social para suprir suas necessidades de alimentação (caça e água), crenças, plantas medicinais, matéria prima, mitos e fatos históricos.

“...As unidades de conservação são componentes das sociedades humanas desde a mais remota antiguidade. Com o tempo os conceitos evoluíram, estabelecendo o cenário para os três tipos de áreas protegidas hoje encontradas: preservação de sítios de valor material, estético, espiritual e histórico; manejo de sítios que fornecem recursos naturais renováveis; e manutenção de paisagens que os habitantes nacionais e locais consideram valiosos. Os conceitos voltarão a mudar no século XXI, ao se voltar a atenção primária para a manutenção dos serviços dos ecossistemas e da biodiversidade...” (MILLER, 1997)

O estilo de vida contemporâneo baseado em elevados padrões de consumo e a dinâmica econômica mundial exercem grande pressão sobre o meio ambiente, constituindo-se objetos de numerosos estudos, visando o estabelecimento de alternativas sustentáveis capazes de conciliar o crescimento econômico com a proteção e conseqüente melhoria ambiental.

No Brasil, as áreas protegidas são regulamentadas por intermédio do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal)

No SNUC, Unidade de Conservação (UC) é definida como: *“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”*. Nele ainda são estabelecidos os tipos de áreas ou unidades de conservação regulamentadas no país, segundo classes de restrições, podendo ser de Uso Sustentável ou Proteção Integral. As unidades de proteção integral destinam-se a preservar

a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em Lei; a Quadro 1 relaciona estas unidades de conservação e seus objetivos. Já as unidades de uso sustentável, cujos objetivos encontram-se apresentados na Quadro 2, visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

Unidade de Conservação de proteção integral	Objetivos
Estação Ecológica	Tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.
Reserva Biológica	Tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
Parque Nacional	Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, na recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
Monumento Natural	Tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
Refúgio de Vida Silvestre	Tem com objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

Quadro 1. Unidades de Conservação de proteção integral e suas características (Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000)

Unidade de Conservação de Uso Sustentável	Objetivos
Área de Proteção Ambiental	É uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
A Área de Relevante interesse Ecológico	É uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
Floresta Nacional	É uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração sustentável de florestas nativas.
Reserva Extrativista	É uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
Reserva de Fauna	É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	É uma área natural que abriga populações tradicionais cuja a existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
Reserva Particular do Patrimônio Natural	É uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

Quadro 2. Unidades de Conservação de uso sustentável e suas características (Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000)

2.1.1 Unidades de Conservação Federais, Estaduais, Municipais e Particulares

No Brasil, se uma área é passível de se tornar uma UC, entra-se em discussão sobre qual nível de poder público esta estará subordinada, o Federal, o Estadual ou o Municipal. Para uma área poder ser transformada em uma Unidade de Conservação ela deve possuir pelo menos duas das seguintes características de acordo ao nível de subordinação.

Unidades de Conservação Federais

Características:

- Seus limites devem incluir um ou mais Estados;
- Possuir grande extensão em relação à área ainda intacta do bioma;
- Proteger bacia hidrográfica de importância nacional;
- Ter a presença confirmada de espécies de animais ou plantas ameaçadas de extinção protegidas por legislação federal;
- Incluir ecossistemas relevantes a nível nacional;
- Atuar como corredor ecológico conectando duas ou mais unidades de conservação já existentes; e
- Abrigar elementos de valor histórico, cultural ou antropológico de interesse nacional ou de beleza cênica.

No Brasil existem 727 Unidades de Conservação, destas 126 são de Proteção Integral e 601 são de Uso Sustentável.

Categoria	Sub-Total	%	Total
Área de Proteção Ambiental	31	4,26	727
Área de Relevante Interesse Ecológico	17	2,34	
Estação Ecológica	32	4,40	
Floresta Nacional	73	10,04	
Parque Nacional	62	8,53	
Refúgio de Vida Silvestre	3	0,41	
Reserva Biológica	29	3,99	
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	0,14	
Reserva Extrativista	50	6,88	
Reserva Particular do Patrimônio Natural	429	59,01	

Tabela 1. Número total de Unidades de Conservação Federais (IBAMA 2007)

Dentro do SNUC e das Unidades de Proteção Integral, os Parques Nacionais são Unidades de Conservação que possuem o objetivo básico de preservar os ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, na recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000).

Para criação e manejo de um Parque (que pode ser Federal, Estadual ou Municipal) leva-se em consideração uma série de fatores, como o objetivo de criação, os limites físicos, população residente (se possuir), população vizinha (se possuir), custos financeiros e custos sociais.

As propriedades privadas dentro dos limites de criação de um Parque Nacional devem ser desapropriadas e seus proprietários devidamente ressarcidos pelas perdas que venham a sofrer.

Neste tipo de Unidades de Conservação é possível desfrutar de vantagens turísticas (que serão geridas com base no Plano de Manejo da unidade, através do órgão gestor), científicas (com autorização prévia do órgão gestor) e educacionais (visitas escolares e projetos de educação ambiental).

Unidades de Conservação Estaduais

Características:

- Estar dentro dos limites de dois ou mais municípios;
- Ter as presenças confirmadas de espécies de animais ou plantas raras ou ameaçadas de extinção e protegidas por legislação estadual e/ou federal;
- Incluir ecossistemas relevantes em nível regional ou estadual;
- Proteger bacias hidrográficas importantes para um conjunto de municípios;
- Atuar como corredor ecológico conectando duas ou mais unidades de conservação já existentes;
- Abrigar elementos de valor histórico, cultural ou antropológico de interesse estadual ou grande beleza cênica.

Em Santa Catarina existem 9 (nove) Unidades de Conservação Estaduais administradas pela Fundação do Meio Ambiente (FATMA), sendo 6 (seis) Parques Estaduais e 3 (três) Reservas Biológicas, tendo como destaque o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que ocupa uma área de aproximadamente 1% do território catarinense. A Tabela 2 apresenta quais são e as dimensões das Unidades de Conservação Estaduais.

Categoria	Área (hectares)	%	Total (hectares)
Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	87.405	77,52	112.747
Parque Estadual da Serra Furada	1.329	1,18	
Parque Estadual das Araucárias	612	0,54	
Parque Estadual Fritz Plaumann	740	0,66	
Parque Estadual Rio Canoas	1.200	1,06	
Parque Estadual de Acaraí	6.667	5,91	
Reserva Biológica Estadual do Sassafrás	5.223	4,63	
Reserva Biológica Estadual da Canela Preta	1.899	1,68	
Reserva Biológica Estadual do Aguai	7.672	6,80	

Tabela 2. Unidades de Conservação em Santa Catarina (FATMA 2007)

Unidades de Conservação Municipais

Características:

- Proteger ecossistemas relevantes em nível municipal;
- Proteger cursos d'água e nascentes de interesse do município;
- Atuar como corredor ecológico conectando duas ou mais unidades de conservação já existentes;
- Abrigar elementos de valor histórico, cultural ou antropológico de interesse municipal ou grande beleza cênica.

Em Florianópolis, duas categorias de Unidades de Conservação estão presentes: Áreas de Preservação Permanente, relacionadas na Quadro 3, e Parques. Uma particularidade do município é a presença de reservas extrativistas.

“As reservas extrativistas são áreas naturais ou pouco alteradas, ocupadas por pessoas que têm como fonte de sobrevivência a coleta de produtos nativos, e que a realizam segundo formas tradicionais de atividade econômica puramente extrativista e de acordo com planos de manejo pré-estabelecidos. O principal objetivo é proporcionar, através do uso sustentável, a manutenção de populações que vivam do extrativismo, compatibilizando-as com a conservação de áreas naturais” (FLORAM, 2008).

Áreas de Preservação Permanente	Instrumento de Criação	Área (hectares)	Atributos
Lagoa da Chica	Dec. 135/88	4,6	Estão protegidos, a lagoa e uma faixa em seu entorno de 50 metros de profundidade em relação ao leito.
Lagoinha Pequena	Dec. 135/88	27,5	A Lagoinha e uma área em seu entorno, de largura variável, é considerada Área Verde de Lazer (AVL), sendo assim definida pelo Plano Diretor dos Balneários.
Região da Costa da Lagoa	Dec. 247/86	976,8	Todo o caminho da Costa, a vegetação e as edificações de interesse histórico e artístico existente na região são protegidos por esse Decreto.
Dunas da Barra da Lagoa	Lei Mun.3711/92	6,6	Área constituída por duna móveis e fixas de baixa altitude, formando um cordão litorâneo ao longo da praia da Barra da Lagoa e que tem sua continuidade ao longo da Praia do Moçambique.
Restinga da Ponta das Canas	Dec. 216/85	21,5	Restinga em processo de formação já recoberta por uma vegetação característica desse sistema, inclusive com a formação de mangue situado na extremidade norte e na porção sul, junto à foz do Rio Thomé.
Restinga da Ponta do Sambaqui	Dec. 112/85	1,3	A Ponta do Sambaqui se originou através de processo de sedimentação de uma antiga ilha, chamada de tómbolo. A cobertura vegetal é caracterizada por árvores frutíferas.
Manguezal do Rio Tavares (Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé)	Dec. Fed. 533/92	1444	A Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé compreende 740 hectares de manguezal, mais 700 hectares de baía, foi criada no dia 20 de maio de 1992 e é uma unidade de conservação federal, estamos sob cuidados do Ibama. Sua criação teve como objetivo conservar o estuário do Rio Tavares e o desenvolvimento sócio-econômico da população que tradicionalmente explorava os recursos naturais da região. A principal atividade exercida na Reserva é o manejo sustentado de berbigão, que estava com a reprodução ameaçada pela extração desordenada.
Manguezal da Tapera	Lei 2193/85	52,2	É protegida toda área constituída pelo mangue, na data de aprovação do Plano Diretor (1985).
Manguezal de Ratonos (Estação Ecológica de Carijós)	Dec. Fed. 94656/87	625,07	É APP toda área estuária do Rio Ratonos e do Rio Veríssimo, recoberta pela vegetação de mangue, bem como toda a extensão ao longo da linha da costa do Pontal da Daniela.
Manguezal do Saco Grande (Estação Ecológica de Carijós)	Dec. Fed. 94656/87	93,5	Todo o manguezal situado entre a Rodovia SC-401 e o mar, formando uma área contínua recoberta por densa vegetação.
Manguezal do Itacorubi	Dec. 1529/2002	150	É APP todo o manguezal
Dunas dos Ingleses	Dec. 112/85	953,5	É um campo de dunas fixas, semi-fixas e móveis, que se estendem da Praia do Moçambique pelo planície do Rio Vermelho até próximo da área urbanizada dos Ingleses.
Dunas do Santinho	Dec. 112/85	91,5	É um campo de dunas fixas, semi-fixas e móveis, situado ao longo da praia dos Ingleses e paralela a Estrada Geral do Santinho, numa profundidade variável.
Dunas do Campeche	Dec. 112/85	121	É um campo de dunas fixas, semi-fixas e móveis, situado ao longo da praia do Campeche.

Áreas de Preservação Permanente	Instrumento de Criação	Área (hectares)	Atributos
Dunas da Armação	Dec.112/85	5,9	É um campo de dunas fixas, semi-fixas e móveis, situado ao longo da praia.
Dunas do Pântano do Sul	Dec.112/85	24,2	É um campo de dunas fixas, semi-fixas e móveis, situado ao longo da praia.
Encostas	Leis 2193/85 e 1851/82.	608,4	São protegidas todas as encostas com declividade igual ou superior a 25°, ou 46,6%, recobertas ou não por vegetação, o sistema hidrográfico que forma as principais bacias de captação de água potável, a paisagem natural e a fauna .

Quadro 3. Relação de Áreas de Proteção Permanente no Município de Florianópolis, construída a partir de FLORAM (2008).

No município de Florianópolis existem 7 (sete) Parques , tendo como seu maior representante o Parque Municipal da Lagoa do Peri (PMLP) com aproximadamente 2030 hectares. Na tabela 3 relacionam-se os Parques Municipais com suas respectivas áreas.

Categoria	Área (hectares)	%	Total (hectares)
Parque Municipal da Lagoa do Peri	2030	42,90	4732,3
Parque Municipal da Lagoinha do Leste	480,5	10,15	
Parque Municipal da Galheta	149,3	3,15	
Parque Municipal do Maciço da Costeira	1453,3	30,71	
Parque Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição	453	9,57	
Parque Ecológico do Córrego Grande	21,3	0,45	
Parque Urbano do Morro da Cruz	144,9	3,06	

Tabela 3. Unidades de Conservação em Florianópolis (FLORAM 2007)

Unidades de Conservação Particulares

Existe ainda a possibilidade de se criar uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Estas Unidades de Conservação são instituídas pelo Poder Público, por iniciativa de seus proprietários, em decorrência de atributos de interesse ecológico. Nestas situações, o processo de tramitação e reconhecimento legal ocorre em prazo menor quando comparado à implantação de Unidades de Conservação criadas pelo Poder Público.

Para os proprietários de Reserva Particular do Patrimônio Natural estão previstos diversos benefícios:

- Direito de propriedade preservado;

- Isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) referente à área reconhecida como RPPN;
- Prioridade na análise dos projetos pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, objetivando a concessão de recursos necessários à implantação e gestão da RPPN;
- Preferência na análise de pedidos de concessão de crédito agrícola junto às instituições oficiais de crédito, para projetos a serem implementados em propriedades que contiverem RPPN em seus perímetros;
- Permissão, mediante plano aprovado pelo órgão que instituiu a RPPN, para realizar exploração econômica na área reconhecida, tais como atividades de recreação, lazer, educação, bioprospecção, pesquisa e cultura;
- Possibilidade de cooperação com entidades privadas e públicas na proteção da RPPN.

Administração de Unidades de Conservação

O controle de uma Unidade de Conservação é de responsabilidade da entidade pública ou privada que a implantou, podendo ser gerida por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão. A gestão de Unidades de Conservação de Proteção Integral será de responsabilidade de um conselho consultivo ou gestor, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes das entidades públicas, organizações da sociedade civil, proprietários de terras e moradores localizados dentro da área de proteção. As Unidades de Conservação devem possuir um plano de procedimentos que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas, chamado de plano de manejo, devendo ser elaborado por sua administração dentro do prazo máximo de 5 (cinco) anos a partir de sua criação (SNUC, 2000).

“...plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.”(SNUC, 2000)

2.2 Educação Ambiental

O ambiente depende das ações que o ser humano venha a tomar, de forma consciente ou inconsciente, que definirão o futuro de uma região e do ecossistema que ali se estabelece.

Existem algumas maneiras de controlar as ações humanas causadoras de prejuízos ambientais, tais como fiscalização e punição, porém o processo que se tem mostrado mais adequado vem através da educação, que planta a semente de preservação na mentalidade das pessoas e, a partir deste momento, faz crescer a árvore da consciência ambiental, que servirá para a principal proteção do meio ambiente.

Este tipo de educação chama-se de Educação Ambiental (EA), que segundo a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999) entende-se por educação ambiental: *“os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia sustentabilidade”*.

“...assume a Educação Ambiental como um processo participativo através do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, adquirem conhecimentos, atitudes e habilidades voltadas para a conquista e manutenção do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.” (IBAMA, 2008)

Além de ter como objetivo principal a proteção ambiental, os objetivos integradores de uma Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, servem para orientar qualquer ação estratégica. Tratam-se obviamente de objetivos gerais que serão adaptados em função dos projetos de intervenção educativa, tanto no campo formal, como no não formal. Destacam-se os seguintes objetivos (MEDINA, 2006):

- Promover na população o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as questões que afetam sua relação com o mundo e, em particular, sobre os problemas e desequilíbrios gerados em seu entorno local, partindo daí para o global.
- Garantir algumas condições de vida digna para o conjunto da população, aproximando-as dos mais desfavorecidos e marginalizados (solidariedade intrageneracional), e procurando o legado de um ambiente sadio às futuras gerações (solidariedade intergeneracional).

- Contribuir para a construção de uma nova identidade planetária, em harmonia com todas as espécies que habitam a Terra e baseada em valores universais e especificamente humanos.
- Colaborar com o desenvolvimento de uma nova educação, com novas propostas que contribuam para a necessária mudança social e para a solução dos cruciais problemas.
- Fomentar de maneira inequívoca o respeito por toda forma de vida e de cultura como respostas diversas de adaptação e relação com o meio ambiente.

Assim, a Educação Ambiental visa uma relação sadia do ser humano com o meio ambiente de forma a se alcançar uma sustentabilidade.

“...a ênfase no desenvolvimento deve fixar-se na superação dos déficits sociais, nas necessidades básicas e na alteração de padrões de consumo, principalmente nos países desenvolvidos, para poder manter e aumentar os recursos-base, sobretudo os agrícolas, energéticos, bióticos, minerais, ar e água. ...” (JACOBI, 2003)

Porém, para que isto ocorra, alguns pontos devem ser destacados (JACOBI, 2003):

- A participação comunitária em eventos educacionais;
- O compromisso do Poder Público de viabilizar o conhecimento a população;
- A Educação Ambiental deve ser abrangente, abordando aspectos citados acima;
- A Educação Ambiental deve ser integral, contínua e permanente.

Segundo LOUREIRO (2004), os métodos que fazem a Educação Ambiental ser de forma sustentável e participativa, devem estar voltados para que se:

- Conduza a ação educativa no sentido do crescente comprometimento com a melhoria da qualidade de vida;
- Conduza os problemas da educação de maneira integrada, em processo participativo das forças sociais locais;
- Conduza a ação educativa dentro de uma perspectiva de educação permanente, a partir da formação de consciência crítica;
- Conduza a ação educativa de modo a apoiar e estimular a manifestação de indivíduos e grupos na transmissão e recriação do patrimônio cultural;
- Vincule os processos educativos com as atividades econômicas e políticas.

Em termos de operacionalização desses objetivos que norteiam as metodologias participativas, na prática educativa voltada para a resolução dos conflitos cotidianos e

concretos, é oportuno levar em consideração alguns aspectos no planejamento pedagógico das atividades (LOUREIRO 2004):

- I. Reconhecer o problema como algo construído na dinâmica social e integrante da realidade, suas causas, interesses e argumentos produzidos pelas partes envolvidas;
- II. Explicitar os posicionamentos distintos e suas implicações sociais e políticas;
- III. Saber se colocar no lugar do outro;
- IV. Ter o diálogo como princípio indissociável do processo;
- V. Atacar o problema e não as pessoas em suas individualidades;
- VI. Assumir uma postura de cooperação, solidariedade e respeito;
- VII. Usar a criatividade e o conhecimento disponível para encontrar alternativas;
- VIII. Estabelecer mecanismos de avaliação coletiva das alternativas criadas, a partir de critérios definidos e aceitos consensualmente pelos atores sociais;
- IX. Negociar as bases que assegurem o cumprimento do que for acordado, construindo o senso de responsabilidade e de convivência democrática.

Com princípios, objetivos, métodos e práticas bem definidas, a implantação da Educação Ambiental vem mostrando excelentes resultados quando realizado de forma adequada. Assim, os trabalhos de educação realizados no Brasil estão começando a sair da escuridão de uma prática pouco desenvolvida para a luz de conhecimentos e experiências adquiridas com trabalhos realizados em todo o território nacional. Com o foco ambiental tomando cada vez mais espaço nas decisões adversas que acontecem no mundo, a Educação Ambiental passa a ser uma importante arma de proteção ambiental, social e econômica.

“... Acreditamos que a Educação Ambiental pode fornecer algumas respostas para os processos de adequação e transformação da Educação formal e não-formal nos próximos anos, sempre que ela se proponha a atingir a superação dos posicionamentos ingênuos, que em grande parte tem sido característica no que se refere à análise dos problemas sócio-ambientais e, mais especificamente, aos problemas pedagógicos que ela traz em seu bojo. ...” (MEDINA, 2006)

Atualmente existe a necessidade de uma teoria pedagógica mais eficiente, baseada na construção coletiva do conhecimento, na ação reflexiva e consciente e nas mudanças éticas de comportamentos tendentes a concretizar processos de tomada de decisões participativas e democráticas, além de uma compreensão das repercussões das condições atuais na educação e nas relações sociais e dos processos de análise crítica, de reflexão e gestão sócio-ambientais (MEDINA, 2006).

2.3 Gestão Participativa

“...Participação é um dos cinco princípios da democracia. Sem ela, não é possível transformar em realidade, em parte da história humana, nenhum dos outros princípios: igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade. Falamos aqui de participação em todos os níveis, sem exclusão prévia de nenhum grupo social, sem limitações que restrinjam o direito e o dever de cada pessoa tomar parte e se responsabilizar pelo que acontece no planeta. Em resumo, cada um de nós é responsável pelo que acontece nas questões locais, nacionais e internacionais. Somos cidadãos do mundo e, portanto, co-responsáveis por tudo o que ocorre. A única forma de transformar este direito em realidade é através da participação...”(SOUZA, 1997)

A participação social é o pressuposto para qualquer regime democrático, onde a população escolhe os representantes que defenderão seus interesses nas tomadas de decisões, afetando direta ou indiretamente a vida das pessoas.

“A Participação deve ser entendida como um processo continuado de democratização da vida dos cidadãos. Cujos objetivos são: 1) promover iniciativas através de programas especiais visando o desenvolvimento de objetivos de interesse coletivo; 2) reforçar o tecido associativo e ampliar a capacidade técnica e administrativa das associações e 3) desenvolver a participação na definição de programas e projetos de interesse coletivo, nas suas diversas possibilidades” (MMA, 2005).

Assim, uma Gestão Participativa é o compartilhamento do poder com o respeito ao próximo, assegurando a igualdade de decisão, exercitando a autonomia com responsabilidade, com a decisão e convicção de que a individualidade se completa na relação com o outro, onde a liberdade individual passa pela liberdade coletiva (Revista brasileira de educação ambiental, 2004).

Pode-se destacar, de acordo com BORDENAVE (1995) os seguintes princípios de uma gestão participativa:

- A participação é uma necessidade até biológica do ser humano, uma vez que este só sobreviveu como espécie pelo desenvolvimento de sua capacidade de vida coletiva organizada em sociedades com graus distintos de complexidade;
- A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder;
- A participação leva à apropriação democrática do ambiente e de sua base natural;
- A participação é algo que se aprende e aperfeiçoa por meio de sua promoção;
- A participação é facilitada com a organização e a criação de fluxos de comunicação;
- A participação pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los. Logo, não é uma panacéia, mas uma opção política que corresponde a determinadas concepções de

mundo, um processo inclusivo e educativo no tratamento e explicitação de problemas, e não a solução desses mesmos problemas.

Por intermédio do que se entende de gestão participativa e o foco ambiental que toma conta deste trabalho, entende-se que a gestão ambiental participativa é a inserção de práticas participativas que consolidem as ações técnicas e de gerenciamento do ambiente formado pelo PMLP.

Os processos participativos devem ser originados pela forma interna de trabalho do município, já que os responsáveis pela gestão ambiental favorecem relações de interdependências, abrindo vias de contato para a opinião pública e para as contribuições de diversos agentes municipais implicados. Além disso, o estabelecimento de canais e de mecanismos estáveis e permanentes, visando a participação da cidadania, também faz-se necessário em diversos momentos da gestão ambiental. Entre eles, cabe mencionar a criação de comitês de assessoria, de foros para denúncias e para sugestões quanto à solução de problemas, grupos de trabalho comunitário voltado para a recuperação ambiental, etc (MEDINA, 2006).

Do núcleo familiar, passando pela vizinhança ou pelas pessoas ligadas pelo âmbito de trabalho cotidiano, pela profissão, pelos interesses artísticos ou esportivos, pelas crenças religiosas, pela esfera de amigos; toda base organizada, simples ou complexa, pode desempenhar um papel importante no processo participativo de melhoria ambiental na gestão ambiental local. Para que se possa desenvolver uma verdadeira gestão ambiental, exige-se a efetiva participação social como eixo fundamental do processo (MEDINA, 2006).

2.4 Gestão Participativa em Unidades de Conservação

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) possui em suas diretrizes a participação das populações locais nos processos de criação e gestão das Unidades de Conservação, população esta que deve passar por um processo de EA para poder ter argumentos nas decisões de gestão.

As diretrizes do processo de gestão estão fundamentadas no SNUC, Capítulo II e Artigo 5º.

Diretrizes:

III - assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

V - incentivar as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

IX - considerar as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

X – garantir as populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativa ou a justa indenização pelos recursos perdidos.

“Esta mesma Lei do SNUC é considerada um marco no que se refere à democratização dos espaços de gestão ambiental pública, pois torna obrigatório o estabelecimento de processos de participação na gestão das unidades de conservação” (MACEDO, 2007).

Para MACEDO (2007) é inegável o avanço no que se refere à implantação de processos participativos na gestão pública ambiental, pois anualmente dezenas de conselhos gestores de Unidades de Conservação surgem, aumentando cada vez mais os processos decisórios dentro das políticas públicas ambientais.

“a efetiva troca de informações a abertura de vias de negociação e a explanação sobre as conseqüências da criação de uma área protegida, incluindo seus potenciais benefícios econômicos, podem amainar conflitos de interesses e concorrência de usos, além de propiciar a composição de importantes alianças locais para a proteção ambiental” (MMA, 2004).

Porém, um problema encontrado ao se implantar uma Gestão Participativa em uma Unidade de Conservação, quando existem populações residentes, é o ineditismo e a falta de normatização e de assimilação de seus preceitos entre as instâncias gestoras das unidades e da sociedade. Soma-se a isto o fato de que a população em geral desconhece o espaço institucional que lhe pertence e que historicamente os conflitos e a falta de diálogo entre órgãos ambientais e agentes sociais, em áreas protegidas, geraram um afastamento entre estes, o que dificulta a resolução de problemas (MMA, 2004).

Para a implementação de uma gestão participativa em Unidades de Conservação é necessária a oferta de conhecimento, que vem através da EA, para a comunidade, inserindo a visão da proteção ambiental e dos direitos ambientais assegurados legalmente. Com esse

conhecimento a comunidade pode nomear seus representantes para atuar em defesa dos interesses comuns, facilitando a resolução de conflitos que possam existir com os órgãos ambientais.

3 Metodologia

Este trabalho está baseado no método qualitativo de pesquisa, onde ocorre a imersão do pesquisador ao ambiente de estudo, cabendo a ele interpretar a realidade local. O método qualitativo não depende só de um conjunto de procedimentos para a investigação das atividades que acontecem na sociedade, mas também depende da criatividade do pesquisador para possíveis alterações que devam ser feitas durante o processo, que aos seus olhos resultarão em dados confiáveis. Através dos métodos qualitativos de pesquisa é possível investigar em uma comunidade as suas crenças, valores, expectativas, motivações, conhecimentos, percepções, sentimentos, queixas, emoções e práticas, e tudo mais que se refira à simbologia do viver humano (PATRÍCIO, 1995).

Neste trabalho será utilizada a etnografia, uma metodologia de natureza qualitativa, para se chegar aos objetivos da pesquisa.

A etnografia tem origem nas disciplinas de antropologia social, consistindo no estudo de um objeto por vivência direta da realidade onde este se insere, ou seja, o modo real onde as pessoas executam as suas funções que muitas vezes difere da forma como as definições dos processos sugerem que elas devem fazer. Para a sua viabilização, um estudo etnográfico deve ser feito pelo pesquisador, que passa algum tempo observando e analisando a atividade das pessoas e a partir daí, extrair conclusões de relevância sobre os fatores sociais e organizacionais.

“...A natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um insight que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa. Este novo arranjo carrega as marcas de ambos: mais geral que a explicação nativa, presa as particularidades de seu contexto, pode ser aplicado a outras ocorrências; no entanto, é mais denso que o esquema teórico inicial do pesquisador...” (MAGNANI, 2002)

Este tipo de trabalho tem demonstrado, geralmente, que a atividade das pessoas é mais rica e complexa do que o descrito pelas definições dos processos e pelos modelos dos

sistemas, explicando o principal problema deste método, que é fruto da dificuldade na generalização dos resultados.

O método de abordagem etnográfica e a identificação de requisitos têm em comum o objetivo de entender uma cultura não familiar, conhecimento, técnicas e práticas que a constituem, de forma a traduzi-las de maneira que possa ser utilizada por outras pessoas. Para que se consiga extrair o máximo de conhecimento possível das pessoas, a comunicação com estas deve ser através de uma linguagem própria e não através de uma linguagem técnica. Após o trabalho o pesquisador deve ser capaz de usar e avaliar todos os dados obtidos para que se possam desenvolver resultados realmente apropriados, correspondente com a informação recolhida, que se adapte completamente às necessidades dos utilizadores e seja perfeitamente integrado no seu ambiente (MAGNANI, 2002).

Para orientar a atividade etnográfica, apresentam-se os seguintes princípios (LIMA, C.M.G. de; DUPAS, G.; OLIVEIRA, I.de; KAKEHASHI, S. 2004):

- ***Encontro inicial*** – passar algumas horas no ambiente onde os processos ocorrem para estudar as pessoas nas suas atividades diárias;
- ***Holismo*** – crença que os comportamentos apenas podem ser entendidos no contexto em que ocorrem;
- ***Descrição e não prescrição*** – descrever como as pessoas se comportam realmente e não como se deveriam comportar;
- ***Ponto de vista dos participantes*** - descrever os comportamentos de forma relevante para os participantes do estudo.

Estes princípios colocam que os pesquisadores devem capturar toda a estrutura social que constitui a atividade e não devem predefinir qualquer estrutura conceitual. O trabalho é uma atividade socialmente organizada, onde muitas vezes o comportamento real difere da forma como é descrito por quem o faz, e dessa forma é importante confiar tanto nas entrevistas quanto nas observações diárias das pessoas no próprio local de trabalho onde a tecnologia deverá ser inserida.

As diretrizes para realização de um estudo etnográfico estão divididas em quatro conjuntos, com cada um deles respeitando a uma das fases deste processo (preparação, estudo, análise e especificação) que são descritos na Quadro 4.

Etapas	Detalhes
Preparação	Entender a política organizacional e a cultura de trabalho;
	Familiarizar-se com o UC e a sua história;
	Estabelecer objetivos iniciais e elaborar questões;
	Obter acesso e permissão para realizar entrevistas e observações.
Estudo	Estabelecer empatias com administradores e utilizadores da UC;
	Realizar observações e entrevistas aos moradores da UC no seu ambiente;
	Recolher dados objetivos e subjetivos de modo quantitativo e qualitativo;
	Seguir todas as pistas que surjam durante as visitas;
Análise	Registrar todas as visitas.
	Compilar todos os dados recolhidos numa base de dados;
	Quantificar os dados e realizar estatísticas;
	Filtrar e interpretar os dados;
Especificação	Redefinir os objetivos e o processo utilizado.
	Ter em conta os diversos públicos alvo e objetivos existentes;
	Elaborar um relatório e apresentar as conclusões do estudo.

Quadro 4. Etapas de Pesquisa (tabela feita a partir de: www.tiosam.com/enciclopedia/)

Os estudos etnográficos são relevantes para a implantação e manutenção de uma Unidade de Conservação, visto que por intermédio destes se realiza a caracterização da população residente na área de conservação, nas situações em que se aplique.

3.1 Levantamento de dados

A realização da pesquisa, que ocorreu no final do mês de setembro de 2007 e durante o mês de outubro do mesmo ano, foi organizada a partir de um conjunto de entrevistas com moradores do PMLP. Nesta pesquisa foram entrevistadas 10 pessoas que moram e/ou possuem terras dentro dos limites do PMLP, e possuem expressiva atuação na comunidade.

Optou-se por realizar uma entrevista semi-estruturada, na qual as questões são formuladas para possibilitar que o entrevistado tenha uma visão objetiva do que está sendo questionado, bem como para que ele apresente suas próprias considerações acerca do tema. No presente caso, a entrevista foi constituída por 10 perguntas, destinadas a avaliar os problemas, dificuldades e anseios dos moradores do PMLP.

Além disso, as considerações livremente apresentadas pelos entrevistados destinaram-se a permitir que a investigação não se restrinja ao questionário, pois novas

questões podem surgir durante o processo de inserção do pesquisador na comunidade, cabendo a ele aproveitar da melhor maneira possível às informações obtidas durante toda a realização do trabalho.

Para assegurar a realização das entrevistas em conformidade a preceitos éticos, foi consultada a Resolução 196 de 1996 do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, elaborou-se um **Termo de Consentimento Livre Esclarecido** apresentado e assinado pelo pesquisador e pelo entrevistado (apêndice 7.2).

Após a definição dos moradores do PMLP que fariam parte da pesquisa, as entrevistas foram agendadas por telefone. Os locais utilizados para as entrevistas foram às residências dos próprios moradores, onde a conversa aconteceu de forma individual e sem a interferência de terceiros, com tempo médio de duração 45 minutos. Para a coleta das informações foram utilizadas anotações em papel e gravações em áudio que, após o período de pesquisa, eram repassadas em arquivo digital para futura análise.

O aspecto mais relevante da entrevista é a definição das questões utilizadas. No presente caso, as perguntas foram baseadas no roteiro de um planejamento estratégico, com tentativa de obter informações que permitissem a construção de um panorama não apenas dos problemas que afetam os moradores do PMLP mas também que permitissem estabelecer suas próprias propostas e responsabilidades para solução destes problemas.

O planejamento estratégico, segundo CHIAVENATO e SAPIRO (2003), consiste num processo de estratégias organizacionais no qual se busca a inserção da organização e de sua missão no ambiente em que ela está atuando. Para construção de um plano estratégico existe um roteiro pré-estabelecido de procedimentos que envolvem todos os atores internos a esta organização. No presente caso, utilizou-se apenas o roteiro estrutural do planejamento estratégico para definição das perguntas, considerando-se que uma Unidade de Conservação não deixa de ser uma organização, pois também possui objetivos e desafios a serem alcançados e superados. Todavia, o levantamento de dados incluiu apenas moradores do PMLP, não se dirigindo aos técnicos do Poder Público vinculados à sua administração.

Segundo CHIAVENATO e SAPIRO (2003), a estrutura de um planejamento estratégico obedece às seguintes etapas de formulação:

- *Missão* – É a razão de existência do PMLP. Afirma mais o que deve ser do que tem sido;
- *Visão* – Pode ser considerada como o alcance da missão, ou seja, uma situação ideal;
- *Análise do Ambiente Interno* – Tem como destaque os pontos fortes (onde a Unidade de Conservação deve se apoiar para cumprir sua missão) e fracos (que caso não sejam superados, impedirão o cumprimento da missão);
- *Análise do Ambiente Externo* – Se divide em ameaças (fatores externos que dificultam o cumprimento da missão) e oportunidades (fatores externos que facilitam o cumprimento da missão);
- *Problemas e suas Causas*: Estes problemas são identificados a partir das debilidades (internas) e das ameaças (externas). Já as causas são fatores desencadeadores ou provocadores dos problemas;
- *Soluções e Metas*: As soluções atacam os problemas e suas causas, já as metas são objetivos qualificados e quantificados, ou seja, com definição de prazo para alcançá-las.

Orientando-se por esta estrutura, as questões formuladas são:

1. **Missão**: Você pode explicar por que o PMLP foi criado?
2. **Visão**: Como você acha que será o PMLP no futuro?
3. **Pontos fortes e pontos fracos (ambiente interno)**: Quais as vantagens de morar no PMLP? E as desvantagens?
4. **Ameaças e oportunidades (ambiente externo)**: O que você considera que poderá dificultar a existência do PMLP no futuro? E facilitar?
5. **Problemas e suas causas**: Quais os principais problemas que o PMLP (ou os moradores) têm atualmente? Por que eles ocorrem?
6. **Soluções e metas**: O que pode ser feito para enfrentar estes problemas?
7. **Responsabilidades**: Quem são os responsáveis pela implementação destas soluções?

A respostas a estas questões visam atender ao objetivo central da pesquisa e possibilitar o estabelecimento de algumas propostas para superação dos entraves à administração do PMLP.

4 Resultados e Discussão

Por intermédio de entrevistas semi-estruturadas foram identificados os problemas e expectativas dos moradores do PMLP e, a partir deste conhecimento, buscou-se fazer a análise dos dados coletados em uma apreciação apoiada legalmente, sempre que possível. Após esta apreciação acontece a discussão relativa às informações.

4.1 Missão

“Você pode explicar por que o PMLP foi criado?”

Neste tema nenhuma pessoa soube dizer corretamente todos os objetivos de criação do PMLP, oito pessoas enfatizaram somente o objetivo de proteger a água (Manancial Hídrico) e a Natureza (Fauna e Flora), uma pessoa, além de relacionar a água e a natureza, colocou também o desenvolvimento da comunidade existente. Uma pessoa não soube responder.

“... Preservar a área em torno da Lagoa do Peri ...”

“... Proteger a vegetação nativa, a mata atlântica, a hidrografia e evitar a urbanização ...”

O PMLP foi criado no ano de 1981 (Lei Municipal nº 1828/81) e regulamentado em 1982 (Decreto 091/82) explicitamente com objetivos que se enquadram nas respostas. Desde sua implantação as ações de educação ambiental atingiram uma pequena parte da população de forma casual, sendo que hoje atingem um público visitante, através de pessoal habilitado que acompanha, através de pedido prévio, grupos interessados em realizar caminhadas em trilhas existentes no PMLP. Nestas caminhadas, além do prazer de conhecer pessoalmente a natureza preservada, as pessoas são informadas sobre algumas questões:

- Vegetação;
- Construção de casas (abordando as demolidas, em processo judicial e anteriores a implantação do Parque);

- Fogueiras (não são permitidas);
- Lixo;
- Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN (ressalta a importância da Estação de Tratamento de Água que abastece o sul e o leste da Ilha de Santa Catarina);
- Plantas encontradas e reflorestamento (entre as décadas de 60 e 70 houve um incentivo para o reflorestamento com plantas exóticas, pinus e eucaliptos principalmente, hoje ocorre a substituição destas por árvores nativas);
- Engenhos (ruínas de engenhos escondidas na vegetação);
- Rios (existem dois rios que abastecem a Lagoa do Peri, Rio Ribeirão Grande e Rio Cachoeira Grande);
- Sertão do Peri (comunidade que ainda conserva características de atividades do passado, como engenho de farinha e de cana-de-açúcar);
- Rio Sangradouro (única saída de água da Lagoa do Peri);
- Peixes de marinhos (o robalo e a tainha, peixes importantes comercialmente para a região, sobem pelo rio Sangradouro até a Lagoa do Peri para o ciclo reprodutivo);
- Nível da água (a Lagoa do Peri permanece com água doce porque está a mais de dois metros acima do nível do mar);
- Pesca (é permitido somente a pesca com caniço, vara ou linha);
- Embarcações (só é permitido a utilização de barcos a vela ou a remo, embarcações a motor não podem ser utilizados).

Observa-se que estas ações, importantes para o conhecimento, destinam-se especificamente as pessoas visitantes e não aos maiores interessados, os moradores do Parque. Desta forma, a ausência de respostas quanto à questão formulada pode ser entendida como resultante da pequena abrangência destes programas. Por outro lado, este conjunto de respostas demonstra a importância e necessidade de que se estabeleçam ações de educação ambiental capaz de auxiliar a população diretamente envolvida (moradora e vizinha do Parque) e usuários do Parque com sua importância. Em função as diferentes classes de usuários do PMLP, este trabalho aponta que as atividades sugeridas devem ser estabelecidas de acordo ao perfil de cada pessoa, sendo ele morador do Parque, morador do entorno do Parque, morador da cidade ou turista.

4.2 Visão

“Como você acha que será o PMLP no futuro?”

Aqui três pessoas não souberam responder e as que se manifestaram tem a essência de suas respostas nas seguintes frases:

“... O PMLP deveria continuar sendo um Parque ... mais protegido possível ... galinha dos ovos de ouro ...”

Ao tratar esta questão o morador especificamente referiu-se à importância natural existente na fauna, flora e nos recursos hídricos presentes na região, enfatizando que o PMLP deveria ser mais protegido possível.

“... Indenização dos moradores novos e negociação com os antigos ...”

Nesta afirmação o morador, com objetivos de preservação e controle populacional, informa a necessidade e responsabilidade da prefeitura de Florianópolis no controle da população com fins de preservar o PMLP. Segundo a lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), para Parques Nacionais, as áreas particulares inseridas em seus limites devem ser desapropriadas (art. 11, § 1º) e os moradores tradicionais devidamente realçados, em local e condições acordados entre estes moradores e o Órgão Público responsável (art. 42, § 1º). A questão de moradia é uma das principais fontes de conflitos dos moradores com a prefeitura de Florianópolis.

“... Urbanização ... infra-estrutura ... recategorização ...”

O morador acredita que ocorrerá uma urbanização e, como resultado, a infra-estruturação da região que acontecerá através da recategorização do PMLP. Já a questão da recategorização do PMLP, que hoje não se enquadra na categoria de Parque Nacional segundo as restrições abordadas pelo SNUC, isso devido principalmente à existência de moradores, tradicionais ou não, em seus domínios e pela sua nomenclatura, que para Parques Municipais, deveria ter início como “Parque Natural Municipal...”. (art. 11, § 1º e 4º).

“... Não vai melhorar ...”

Há também a falta de otimismo com o futuro do PMLP.

“... Depende da política que está sendo resolvida agora ... conscientização dos moradores ...”

A responsabilidade política, tanto administrativa e educacional, para com o PMLP é posta como condicional para sua preservação.

“... Continue sendo um Parque ... legislação continue protegendo ... preservação da população existente ... não abrir para a especulação imobiliária...”

Há também o morador que vê o Parque no futuro com a mesma situação que está hoje, mas com uma fiscalização mais efetiva por parte da Prefeitura de Florianópolis e não mudando a sua categoria de Parque para qualquer outra que permita a atuação de empresas imobiliárias. A especulação imobiliária é vista como um dos principais inimigos para a consolidação do Parque.

“... Fique melhor ... maior conscientização sobre preservar ...”

Este morador acredita na melhora da situação do Parque, principalmente na conscientização por parte dos moradores e administradores no quesito preservação.

“... Previsão negra e alarmante ... poder público não faz nada...”

Aqui o morador revela a preocupação com o futuro do PMLP, minimizando a atuação do órgão público responsável nas necessidades que um Parque precisa, como por exemplo a fiscalização, educação e estímulo à participação.

Com os relatos a respeito da questão acima é possível ver a preocupação dos moradores com relação ao futuro do PMLP, futuro este que será resultado das ações e intervenções por parte da prefeitura, no que se refere à conscientização, fiscalização, política de atuação e recategorização, principalmente. Existe ainda o sentimento de que o Parque não mude de categoria, continue preservado e que haja a preservação dos moradores existentes, independentemente da data de construção de suas casas.

Com relação às ações da prefeitura, mais especificamente a Fundação do Meio Ambiente (FLORAM), ou qualquer esfera do governo, vale lembrar que estas ações são de responsabilidade de um órgão público, ou seja, a comunidade tem o poder e o dever de fiscalizar e participar direta e indiretamente das tomadas de decisões, através de Audiências e Consultas Públicas, que muitas vezes tem a participação mínima da sociedade civil. A expressão “o poder do povo” não é uma mera forma de colocar de forma forte a participação popular, mas quando posta em prática é o caminho mais fácil de encontrar soluções para todas as partes.

A mudança de categoria do Parque e a conservação dos moradores lá existentes, são outros assuntos de grande importância, já que existe hoje o processo de recategorização do PMLP afim de adequá-lo ao SNUC. Segundo o SNUC (lei 9.985 de 2000), para uma

Unidade de Conservação de Proteção Integral de categoria Parque Nacional, não é possível a existência de moradores, tradicionais ou não, dentro de seus limites. Porém existe a possibilidade de recategorizar de Parque Municipal para Monumento Natural ou Refúgio da Vida Silvestre, onde estas duas categorias, presentes na relação das Unidades de Conservação de Proteção Integral, possibilitam a existência de áreas particulares e de seus usos na área de sua abrangência, dentro de restrições propostas pelo órgão responsável (art. 12 e 13).

4.3 Pontos fortes e pontos fracos (ambiente interno)

“Quais as vantagens de morar no PMLP?”

“E as desvantagens?”

Com relação aos pontos fortes uma pessoa não citou vantagens de morar no PMLP e a maioria ressaltou a tranquilidade e o meio ambiente do lugar, entre outras opiniões:

“... Qualidade de vida ... lugar privilegiado ...”

“... A gente tá no paraíso ... isso aqui é um pedacinho perdido de céu...”

“... o fato de você ter ainda um senso de comunidade ... aqui você ainda tem uma comunidade de nativos, pescadores ...”

“... deveriam existir mais Parques...”

Já os pontos fracos relacionados são principalmente a falta de infra-estrutura básica, isolamento (distância do centro da cidade), falta de diálogo com os órgãos municipais, impossibilidade de ampliação da residência, trânsito e dificuldade no local de trabalho.

Três pessoas não relacionaram pontos fracos.

As respostas destas questões estão relacionadas ao sentimento das pessoas na vivência dentro do Parque Municipal da Lagoa do Peri, sendo que as respostas que relacionam os pontos fortes enfatizam a natureza e o ambiente, no aspecto natural e social, como os principais fatores favoráveis à conservação do Parque. Já os pontos fracos relacionados batem de frente com a legislação e o órgão gestor. No que se refere à legislação, a falta de estruturação básica e a impossibilidade de ampliação das residências são as principais reclamações feitas pelos moradores, já que a lei do Parque é restritiva para certas ações de determinada ordem e grandeza, ações estas que dependem da aprovação da prefeitura de Florianópolis.

Este sentimento está associado a ações e intervenções que resultam de uma legislação criada em 1981, que foi pouco divulgada (segundo moradores) e tão pouco houve a participação da comunidade no processo de criação.

Hoje está ocorrendo um processo mais democrático, onde a discussão para a recategorização do PMLP conta com a participação da associação de moradores do PMLP nas discussões feitas com a FLORAM em assuntos de interesse de ambos.

4.4 Ameaças e oportunidades (ambiente externo)

“O que você considera que poderá dificultar a existência do PMLP no futuro?”

“E facilitar?”

As ameaças ao PMLP citadas são:

- Interesses financeiros, que vem através da especulação imobiliária;

O pesado processo de urbanização que vem sofrendo Florianópolis faz parte das ameaças citadas pela maioria dos entrevistados, que possuem consciência dos perigos que sofre a atual preservação do PMLP.

- A política inadequada do poder público;

A política de crescimento da prefeitura de Florianópolis, voltada principalmente para o turismo, faz com que muitos setores da economia se fortaleçam, como por exemplo, a hotelaria, o comércio e o lazer, ficando de fora uma maior efetividade para proteção das áreas de preservação, sendo muitas destas ocupadas de forma irregular.

- Falta de educação e conhecimento sobre o Parque;

A falta de conhecimento, não só para os moradores, mas também para os visitantes, sobre o que é o PMLP e o que deve ser feito para sua preservação e manutenção é apontado como uma grande ameaça para a conservação do Parque.

- Captação de água da Lagoa do Peri;

O abastecimento de água potável do sul e leste da ilha de Santa Catarina é feito com águas provenientes da Lagoa do Peri, onde a empresa responsável pela captação, tratamento e distribuição desta água é a CASAN (CASAN, 2007).

- Mudança de categoria do PMLP.

É o processo que está sofrendo atualmente o PMLP.

Eis algumas frases citadas:

*“... se não conscientizar os moradores não vai ter preservação ...
nem a política vai conseguir segurar os moradores de jogar lixo,
cortar uma árvore...”*

“... a especulação imobiliária está em cima ...”

Já as oportunidades e ações que ajudarão a preservar o PMLP citadas são:

- Conscientização e Educação Ambiental da população local e regional, inclusive dos governantes, já que a Educação Ambiental não é só de direito dos moradores, mas também dos administradores;
- Reuniões periódicas entre a comunidade e órgão gestor, a fim de solidificar o processo democrático e minimizar conflitos de interesses;
- Interação mais organizada dos moradores, a fim de buscar uma maior participação dos mesmos para com as questões relacionadas com o Parque;
- Desalojar os moradores que invadiram o PMLP, a fim de recuperar a área degradada;
- Legislação deve valer para todos, pois, segundo os moradores, as ações tomadas pela Prefeitura não atingem de maneira igualitária as pessoas, sendo mais restritivas para uns e mais brandas para outros;
- Fiscalização por parte dos órgãos públicos, a fim de garantir uma maior proteção para o parque, fiscalização esta que, além de coibir a instalação de novas habitações, deve também coibir a exploração da fauna e flora do Parque;
- Colocar pessoal capacitado para administrar o Parque, pessoal este que tenha a capacidade técnica adequada e o comprometimento com para com o Parque;
- Maior participação da comunidade, já que os poucos moradores participam efetivamente das discussões importantes para a região que habitam;

- Aproveitar a mão-de-obra (voluntária) da comunidade é outra idéia para buscar a conservação do Parque, onde os moradores atuam em ações de preservação e são os responsáveis pela implementação dos serviços de recuperação ambiental, atuando também como fiscalizadores.

Eis algumas frases citadas:

“... quando o povo participa, ele pode dar sugestões do que pode ser melhorado”

“... gerenciamento mais adequado por parte dos órgãos públicos ... fazer com que as leis sejam cumpridas e iguais para todos ...”

O futuro do PMLP é uma incógnita dependente de vários fatores, que por sua vez dependem da ação humana. As ameaças colocadas pelos moradores como determinantes para a dificultar a conservação do Parque faz da especulação imobiliária um barreira para a preservação do PMLP, pois o processo de recategorização existente hoje no Parque poderá num futuro próximo abrir portas para a exploração turística da região através da construção de pousadas, casas para moradia, casas de veraneio, entre outras construções que tenham o objetivo de explorar o turismo que já é forte na região sul da Ilha de Santa Catarina.

A falta de conhecimento das pessoas para simples questões do dia-a-dia tornam o acolhimento das ações de fiscalização da FLORAM difíceis de serem aceitas e compreendidas pela comunidade, como o fato de erguer uma parede, construir uma cerca, plantar em suas terras, entre outras ações, podendo a pessoa, dependendo da situação, ser repreendida e/ou autuada, dando início a um processo administrativo que pode lhe causar grandes transtornos. A instalação de uma Estação de Tratamento de Água (ETA) da CASAN dentro do PMLP também causa polêmica, pois para algumas pessoas é inadmissível a existência desta estação dentro dos limites do Parque, já que ocorre a captação de água da Lagoa do Peri para abastecimento público com uma vazão em torno de 178 l/s no inverno e 197 l/s no verão, o que, segundo um morador, estaria prejudicando a vazão do Rio Sangradouro, que leva as águas da Lagoa do Peri até o mar, entre as praias da Armação e do Matadeiro.

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

“§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:”

“VI - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.” (Constituição Brasileira de 1988)

Assim, a falta de esclarecimento e participação da comunidade colocam em dúvida as ações e obras realizadas no Parque. Esta dúvida não pode existir, as pessoas precisam conhecer o PMLP não apenas de forma visual, mas também o que ele representa para o município. Já o governo municipal também tem que ver o PMLP com olhos mais atentos e responsáveis, ou seja, atentos para inibir e proteger as Unidades de Conservação existentes em Florianópolis do crescimento populacional e financeiro que atinge a Capital do Estado, e responsáveis para com o povo morador do Parque, pois este se sente “abandonado” e carente de infra-estrutura, não só a material, mas também de infra-estrutura educacional e informativa que, quando consolidada, faz com que o morador passe a ser, além de um objeto de controle, um controlador do ambiente em que vive, ou seja, um fiscal permanente.

Já a conscientização necessária, a fim de consolidar o PMLP, colocam a responsabilidade da preservação não só nas mãos do órgão municipal, mas também nas mãos dos moradores. A prefeitura de Florianópolis, representada pela Fundação do Meio Ambiente (FLORAM) é sim responsável em propiciar a Educação Ambiental necessária para promover a conscientização e o conhecimento dos moradores do Parque, assim como dos seus administradores. Porém isto não isenta os moradores de suas responsabilidades perante a Unidade de Conservação, responsabilidades estas que estão na participação na gestão do Parque e participação nas reuniões de moradores, que deve ser previamente divulgada e organizada.

A legislação do PMLP, juntamente com a fiscalização também fazem parte dos instrumentos de integração da comunidade com o meio ambiente, onde a falta de abrangência da legislação e uma deficiente fiscalização também colocam em perigo o bem estar da Unidade de Conservação. Para a formulação de uma lei é interessante saber a opinião daqueles que serão abraçados por ela, suas dúvidas e seus anseios, em um processo consultivo e participativo. Para cuidar que a lei criada seja respeitada é necessário que haja pessoal capacitado, de forma quantitativa e qualitativa, para fiscalizar e se relacionar com os moradores, já que a forma de conversar com outras pessoas também faz parte da Educação. Desta forma, já que atualmente a questão da recategorização do PMLP está sendo discutida, é imprescindível a participação da comunidade para opinar, mas ouvir as opiniões das outras entidades e/ou pessoas envolvidas nesta questão.

4.5 Problemas e suas causas (ambiente interno)

“Quais os principais problemas que o PMLP (ou os moradores) têm atualmente?”

“Por que eles ocorrem?”

Os problemas relacionados são:

- Clandestinidade, com relação a construções irregulares;
- Mudança de categoria, onde a categoria de Parque Municipal está atualmente em discussão;
- Plantação, queimadas e retirada de vegetação nativa;
- Falta de Saneamento;
- Fiscalização do Parque deficiente;
- Falta de cuidado com o Rio Sangradouro (Captação de água pela CASAN, limpeza);
- Falta de infra-estrutura básica (caixa eletrônico, correio, calçamento para pedestres e saneamento);
- Falta de diálogo entre poder público e moradores.

Eis algumas frases citadas com relação aos problemas vistos pelos moradores do Parque:

“... falta oportunidade ao ser humano ...”;

“... falta infra-estrutura para poder dar conta do parque ... se preocupam em destruir famílias ...”.

Esta última frase está se referindo ao desalojamento e a derrubada de casas;

As causas citadas dos problemas são:

- Omissão do poder público;
- Visão de crescimento urbano presente em moradores e em órgãos públicos;
- A política do município não é voltada para os interesses da região, em comparação com outras regiões do município;
- Ganância pelo lucro;

- Desconhecimento das questões ambientais, falta de educação ambiental;
- Problemas culturais;
- Maior transparência dos órgãos públicos, com as leis sendo cumpridas de forma clara e imparcial;
- Falta de planejamento;
- A legislação não é para todos, ou menos atuante.

Eis algumas frases citadas com relação às causas dos problemas vistos pelos moradores do Parque:

“... as pessoas são ignorantes e não burras ...”

Esta frase enfatiza o desconhecimento das pessoas, mas com a total capacidade de aprender e agir.

A existência de uma Unidade de Conservação, como o PMLP, possui o seu lado bom e ruim. A parte boa é encontrada na exuberância natural que o PMLP possui e a tranquilidade vivida pelos moradores da região, ressaltando ainda a importância natural e social que este tem perante a Ilha e ao Estado de Santa Catarina, já que é, segundo NASCIMENTO (2002), a maior lagoa de água potável do litoral catarinense, potabilidade esta que está diretamente relacionada à densidade da floresta atlântica que está no seu entorno. Do lado leste da lagoa, a vegetação é caracterizada pela restinga (vegetação litorânea), e peixes importantes, como a tainha e o robalo, deixam o mar e, através do rio Sangradouro, alcançam a Lagoa do Peri para a reprodução.

Já os problemas enfrentados pelo Parque e seus moradores são conseqüências de uma falta de planejamento que vem desde a sua criação, em 1981.

“... O propósito do planejamento pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos [...] que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz. Dentro deste raciocínio, pode-se afirmar que o exercício sistemático do planejamento tende a reduzir a incerteza envolvida no processo decisório e, conseqüentemente, provocar o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos e desafios estabelecidos ...”(OLIVEIRA, 1998)

Como já foi dito, durante muitos anos a falta de diálogo, informação e participação na relação entre Prefeitura de Florianópolis e a comunidade que mora no PMLP provocou as manifestações e sentimentos relatados acima, onde o descontentamento e a revolta se

tornaram um entrave que dificulta a relação entre eles. O processo de transformação que está em vista para o PMLP (lembrando que a administração está redefinindo a sua categoria) vai possibilitar um novo início nas relações da comunidade do parque e a prefeitura, mas para isso os erros cometidos no passado devem servir de exemplo para esse novo começo, onde o maior erro deva ser solucionado, ou seja, que haja o planejamento adequado, e que este seja a estrada deste novo princípio.

4.6 Soluções, metas e responsabilidades

“O que pode ser feito para enfrentar estes problemas?”

“Quem são os responsáveis pela implementação destas soluções?”

Para enfrentar os problemas foram citadas as seguintes ações:

- Maior interação entre moradores e poder público;
- Oferecer conhecimento à comunidade local;
- Força de vontade política;
- Maior transparência dos órgãos públicos, com as leis sendo cumpridas de forma clara e imparcial;
- Reuniões mais frequentes com o “povo”;
- Educação a longo prazo e repressão a curto prazo;
- Exigência do Parque aos moradores existentes para que trabalhem para o parque (trabalho voluntário);
- Contratação de pessoal (Fiscalização).

Eis algumas frases citadas com relação às soluções dos problemas:

“... educação que é primordial ...”

“... tu moras no Parque, então faça alguma coisa pelo Parque, se não, vá embora! ...”

“... Cuidar do ser humano ...”

“... cada um de nós temos uma idéia (opinião) ...”

Esta frase se refere à participação da comunidade nas tomadas de decisões relativas ao PMLP;

“... moradores tem que se organizar, ..., e conversar com a parte pública ...”

De acordo com os entrevistados, os responsáveis pela implementação das soluções são:

- O poder público (citado pela maioria dos entrevistados);
- Moradores (citado por alguns entrevistados).

O planejamento abordado no item anterior, ou a falta de, é o principal aliado ou inimigo de qualquer empreendimento, organização, administração, empresa, etc. Quando existe um estudo prévio do passado, presente e futuro, é possível entender, viver e imaginar ações que possam facilitar o alcance de qualquer objetivo. Assim, é difícil propor uma solução para os problemas do PMLP, mas a solução destes deve estar associada, ou seja, a solução de um serve de trampolim para a solução de outro problema. Como exemplo disto podemos citar a questão da Educação Ambiental que, quando implantada de forma ativa para todas as pessoas usuárias do Parque, principalmente os moradores, servirá para amenizar a falta de participação destes nas reuniões, onde se entenderá mais facilmente o que está sendo discutido e, conseqüentemente, facilitará uma maior interação entre a comunidade do Parque.

4.7 Discussão Geral

Foram abordados temas relacionados com o objetivo do PMLP, a visão futura do Parque, os pontos fortes e fracos de se morar no Parque, as ameaças e oportunidades, os problemas internos e suas causas, as soluções dos problemas e seus respectivos responsáveis. Esta coleta de dados representa uma abordagem completa do sentimento do entrevistado em relação ao ambiente em que vive.

Em relação aos problemas identificados, estes são causados principalmente pela falta de planejamento. Toda a estrutura de uma Unidade de Conservação, principalmente onde existem moradores, pode ser feita de forma planejada estrategicamente, atacando os pontos que possam prejudicar a sua existência e se aproveitar daqueles que facilitam. O planejamento estratégico foi abordado neste trabalho na elaboração da entrevista estratégica, cujas respostas servem de suporte para a implantação de um planejamento, de médio a longo prazo, com missão determinada e visão que oriente as ações administrativas no sentido de atingir as dificuldades apontadas pelo morador do PMLP por intermédio de ações participativas. Esta é a solução que parece ser mais viável, já que na atual fase de recategorização do PMLP, os moradores estão mais atentos e participativos, com a

Prefeitura de Florianópolis mais aberta a escutá-los. Se o PMLP se tornar uma Unidade de Conservação de Proteção Integral ou de Uso Sustentável dar-se-á o início de uma nova Unidade de Conservação, com novas regras que deverão ser divulgadas e fiscalizadas.

Pondo em discussão a Educação Ambiental, esta contribui para que haja uma gestão participa do PMLP, onde os moradores da região, quando conscientes de suas responsabilidades para com o local em que vivem e da responsabilidade do órgão público administrador, terão o conhecimento para opinar e reivindicar o que lhes é de direito e ter consciência que seus atos, dentro da Unidade de Conservação, são irregulares ou não, passíveis ou não de autorização. Com isso, o conhecimento se torna importante para o tratamento de conflitos emergentes e para a consolidação dos objetivos do Parque. Porém não basta possuir o conhecimento, mas a boa vontade do cidadão e o interesse em participar incrementam a consolidação destes objetivos.

Já os subsídios para a implantação de um trabalho de Educação Ambiental têm que partir do Poder Público, com o incentivo a práticas educacionais com os moradores da comunidade, nas escolas da região e com turistas que visitam o parque, buscando apoio e participação da própria comunidade, das empresas da região, de ONG's e outras associações que manifestem interesse em participar. Desta forma, a Educação Ambiental só pode trazer benefícios à população do PMLP, pois com o conhecimento, as ações das pessoas vão estar policiadas por elas mesmas, ou seja, a conscientização tornará mais difícil o acontecimento de atos prejudiciais ao meio ambiente, diminuindo assim a ocorrência de multas, demolição de construções irregulares e atritos entre a população e a Prefeitura de Florianópolis.

Nas entrevistas, buscou-se encontrar os maiores anseios da comunidade do PMLP, sendo possível planejar, a partir dos dados coletados, a implantação estratégica de obras educacionais voltadas para preservação e consolidação da Unidade de Conservação. De acordo com a pesquisa, os principais temas que devem ser abordados num processo de Educação Ambiental que venha a ocorrer estão voltados para ações que façam a comunidade obter conhecimento, de maneira a interagir de forma integrada e participativa com o órgão gestor do PMLP, pois a principal reclamação dos moradores é a falta de diálogo que existe entre eles e a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Os outros problemas citados pelos entrevistados durante a pesquisa são oriundos desta falta de diálogo e gestão não participativa do PMLP, concluindo-se que a resolução destes está na implantação de uma Educação Ambiental voltada para a proteção do Parque e principalmente para subsidiar o processo de futura gestão desta Unidade de Conservação, que deverá contar com a participação dos setores da sociedade, conforme previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei 9.985 de 18 de julho de 2000).

5 Conclusão

O Parque Municipal da Lagoa do Peri possui em seus domínios e ao seu entorno belezas naturais, que são importantes para a Ilha de Santa Catarina, já que esta sofre hoje um pesado processo de urbanização.

No PMLP esta urbanização não está ausente, pois com a discussão que se faz atualmente para mudar a categoria de Parque Municipal para uma categoria pertencente ao SNUC, sendo uma Unidade de Conservação de Proteção Integral ou de Uso Sustentável, pode-se abrir portas na legislação para a construção dentro dos limites da Unidade de Conservação. Esta frase: “... *a especulação imobiliária está em cima ...*” é retirada de uma entrevista, mas que é consolidada pelos outros entrevistados que sentem o risco que hoje sofre o Parque Municipal.

A responsabilidade dos órgãos municipais também foi posta em discussão pelos entrevistados, “... *gerenciamento mais adequado por parte dos órgãos públicos ... fazer com que as leis sejam cumpridas e iguais para todos ...*”, que também incluíram os moradores na falta de organização e participação “... *moradores tem que se organizar, ..., e conversar com a parte pública ...*”, “... *cada um de nós temos uma idéia (opinião)...*”.

Outra questão abordada foi a educacional, onde a falta de conscientização e informação “efetiva” durante o período de existência do Parque acarretou numa série de conseqüências, de ordem social, política e legal.

Primeiramente, com o conhecimento adequado, a iniciativa e a participação dos moradores na gestão do PMLP, e de qualquer Unidade de Conservação, se tornam mais fácil e efetiva, diminuindo desta maneira a incidência de conflitos.

Então, em conformidade com o objetivo deste trabalho, a educação é uma ferramenta importante, mas não a única, capaz de tratar os conflitos emergentes e consolidar os objetivos de criação do PMLP. Porém é através dela que se busca responsabilidade, organização, criatividade, a política e o comprometimento da Prefeitura de Florianópolis e dos Moradores para realizar o planejamento estratégico necessário para a solidificação dos objetivos de criação (missão) de uma Unidade de Conservação. A educação ambiental é a base para qualquer planejamento que se queira fazer no PMLP, e está deve ser subsidiada a partir de seu órgão gestor, de maneira articulada e permanente.

Para alcançar os objetivos de criação do PMLP não basta por no papel as maneiras de agir da comunidade do Parque, pois o que é lido muitas vezes é esquecido. Preservar o meio ambiente com a criação de uma Unidade de Conservação possui alguns “pontos” de interesses a serem abordados nesse processo, e estes têm como base o conhecimento da população acerca do tema preservação e as possíveis conseqüências em suas vidas. Com isso, a inclusão de uma Unidade de Conservação no cotidiano das populações, deve ser feita de forma educacional, planejada estrategicamente e participativa, já que quando se possui conhecimento é mais fácil opinar e julgar as ações alheias.

6 Referências Bibliográficas

BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é participação?**. São Paulo ed. 6ª, Ed. Brasiliense, p. 22 e ss., 1995

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.795**. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. **Lei nº 9.985**. Brasília, DF, 2000.

CASAN: **Companhia Catarinense de Águas e Saneamento**. Disponível em: www.casan.com.br.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: Fundamentos e Aplicações**. Rio de Janeiro : Elsevier, 2003 – 5ª Reimpressão.

CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, (1.: 1997 : Curitiba). **Anais**. Curitiba : IAP : UNILIVRE : Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997 2v. 830p

CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, II. (2.: 2000 : Campo Grande). **Anais**. Campo Grande : Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação : Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000 3v. 845p

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 3ª ed. São Paulo : Gaia, 1994.

DRUMMOND, José Augusto . **Estudos Históricos (A HISTÓRIA AMBIENTAL: temas, fontes e linhas de pesquisa)**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

FATMA: **Fundação do Meio Ambiente**. SC, 2008. Disponível em: www.fatma.sc.gov.br

FLORAM: **Fundação Municipal do Meio Ambiente**. Florianópolis, 2008. Disponível em: www.pmf.sc.gov.br/floram

IBAMA: **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**. Brasil, 2008. Disponível em: www.ibama.gov.br.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. In: Cadernos de Pesquisa:189-205. São Paulo: 2003: Encontrado em: www.scielo.br/scielo

LIMA, C.M.G.; DUPAS, G.; OLIVEIRA, I.de; KAKEHASHI, S. **Pesquisa etnográfica: iniciando sua compreensão**. Ribeirão Preto, v. 4, n.1, 1996

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos**. Gestão em Ação, Salvador, v.7, n.1, jan./abr. 2004. Disponível em: www.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/FredericoLoureiro.pdf

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; IRVING, Marta Azevedo. **Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro. IBASE. 2006. 30p.

LUCENA, Maria Diva de Salette. **Planejamento Estratégico e Gestão do Desempenho para Resultados**. São Paulo : Atlas, 2004.

MACEDO, Heitor Schulz. **Processos participativos na gestão de Unidades de Conservação**. II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia.

Anais. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS. UFSC, Florianópolis, Brasil, 2007

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Freberro. Vol. 17. Num. 49 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Brasil, 2002. Pp. 11-29

MEDINA, Nana Minini. **Educação Ambiental e Participação Comunitária**. Apostila do Curso de Especialização em Gestão de Recursos Hídricos em Áreas Urbanas, Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2006, 214p.

MILLER, Kenton R. **Evolução do Conceito de Áreas de Proteção – Oportunidades Para o Século XXI**. Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais. Curitiba : IAP : UNILIBRE : Rede Nacional Pró-Unidade de Conservação, 1997. 2v.

MMA. **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores** / Luiz Antônio Ferraro Júnior, organizador. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 2005. 358p.

MMA. **Gestão Participativa do SNUC** / Iara Vasco Ferreira, Organizadora. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente : Secretaria de Biodiversidade e Florestas : Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas, 2004. 205p.

NASCIMENTO, Rosemy. **Atlas Ambiental de Florianópolis**. Florianópolis : Instituto Larus, 2002. 75p.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologias e Práticas**. 12 ed. São Paulo : Atlas, 1998.

PATRICIO, Zuleica M. **Instrumentos para levantamento e registro de dados qualitativos**. Florianópolis: UFSC, 1995.

Revista brasileira de educação ambiental / **Rede Brasileira de Educação Ambiental**. – n. 0 (nov.2004). – Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004. 140 p.

SIMPÓSIO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DA REGIÃO SUL: ASPECTOS HUMANOS DA BIODIVERSIDADE, (1.: 2003 : Florianópolis). **Anais**. Florianópolis : SBEE : UFSC. 2003. 340p.

SOUZA, Herbert. **Participação**. Disponível em:
<http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/polsoc/partic/apresent/index.htm>.

7 Apêndices

7.1 Relação dos Moradores Entrevistados

Alex Floriano Pereira
Floriano J. Oliveira Filho
Iracema P. Machado
Luiz Eduardo F. Teixeira
Marcos M. Cabral
Maria Beatriz Dorneles Baladão
Martín Britos
Richard Land
Sebastião Antunes
Sérgio da Silva
Silvana Barbosa Macedo

7.2 Termo de consentimento livre esclarecido

Curso de Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Termo de consentimento livre esclarecido

A presente pesquisa consiste em um trabalho de conclusão de curso realizado como parte dos requisitos para conclusão do curso de graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental.

A importância de proteger a Lagoa do Peri e a natureza que a envolve, fez com que ocorresse a implantação em 1981 do Parque Municipal da Lagoa do Peri, que criou, além de uma área de proteção ambiental, restrições aos moradores quanto ao uso da terra, da vegetação e das águas que fazem parte do Parque.

Tendo por título “**Parque municipal da lagoa do Peri: a educação ambiental como instrumento de integração da comunidade com o meio ambiente**”, a pesquisa é realizada pelo aluno Juliano Roberto Cunha, sob orientação do Prof. Cesar A. Pompêo. Seu objetivo é “**demonstrar a importância do conhecimento para integrar a comunidade com seu ambiente no cotidiano da administração do Parque**”. O principal benefício esperado é demonstrar a necessidade de haver a participação da comunidade nas decisões a serem tomadas pela administração do Parque Municipal da Lagoa do Peri.

O estudo é realizado por meio de entrevistas com moradores, visando obter seus depoimentos e opiniões sobre os assuntos relativos ao Parque.

A participação é voluntária, sendo que não serão identificados os depoimentos apresentados. Ao final do trabalho constará a relação das pessoas entrevistadas. Além disso, será realizada uma apresentação pública dos resultados sendo convidados todos os entrevistados.

Assim, na realização do Trabalho de Conclusão de Curso, agradeço desde já a sua participação.

Eu, _____, morador do Parque Municipal da Lagoa do Peri, aceito participar desta entrevista.

<hr/> Assinatura do morador	<hr/> Juliano Roberto Cunha Graduando em Eng. Sanitária e Ambiental Telefone: 99593778 Email: jrcunha07@hotmail.com
------------------------------------	---

